

## Estudo de caso sobre o analfabetismo em uma comunidade do campo<sup>1</sup>

Case study on illiteracy in a community in the field

Mikael Jurandir da Silva

**Resumo:** A discussão proposta é resultado de pesquisa realizada em uma comunidade no perímetro rural do município de Rodelas/Bahia, tem como objetivo principal investigar as causas da situação de analfabetismo dos agricultores, refletindo as principais consequências desse fenômeno nas vidas dos atores e atrizes que residem no campo. O crescente mapa da fome, o subemprego, as condições precárias das instituições escolares, o limitado acesso às escolas de educação básica pela ausência de transporte, são agravantes que confirmam essa dura realidade. O percurso metodológico utilizado nesta investigação apresenta uma abordagem quali-quantitativa em pesquisa de campo, tendo o estudo de caso a metodologia adotada. Trata-se de uma pesquisa que descreve os fenômenos do analfabetismo na ótica das pessoas que convivem com essa problemática e sentem em suas vidas as consequências desse fato. Como instrumento de coleta de dados foi utilizado entrevistas semiestruturadas e questionários fechados.

**Palavras-chave:** Campo. Analfabetismo. Jovens e Adultos.

**Abstract:** The proposed discussion is the result of research carried out in a community in the rural perimeter of the municipality of Rodelas / Bahia, whose main objective is to investigate the causes of the illiteracy situation of farmers, reflecting the main consequences of this phenomenon in the lives of actors and actresses who reside in the countryside. The growing map of hunger, underemployment, the precarious conditions of school institutions, the limited access to basic education schools due to the lack of transportation, are aggravating factors that confirm this harsh reality. The methodological path used in this investigation presents a qualitative and quantitative approach in field research, with the case study using the methodology adopted. It is a research that describes the phenomena of illiteracy from the perspective of people who live with this problem and feel the consequences of this fact in their lives. As a data collection instrument, semi-structured interviews and closed questionnaires were used.

**Keywords:** Field. Illiteracy. Youth and Adults.

### Estudio de caso sobre analfabetismo en una comunidad en el campo

**Resumen:** La discusión propuesta es el resultado de una investigación realizada en una comunidad en el perímetro rural del municipio de Rodelas / Bahía, cuyo objetivo principal es investigar las causas de la situación de analfabetismo de los agricultores, reflejando las principales consecuencias de este fenómeno en la vida de los actores y actrices que residir en el campo. El creciente mapa del hambre, el subempleo, las precarias condiciones de las instituciones escolares, el acceso limitado a las escuelas de educación básica debido a la falta de

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no II Encontro Baiano de Educação do Campo sob o título “Mapeamento do Analfabetismo em uma Comunidade do Campo no Município de Rodelas/Bahia: Diálogos com a EJA”.



transporte, son factores agravantes que confirman esta dura realidad. La ruta metodológica utilizada en esta investigación, se presenta como un enfoque cualitativo y cuantitativo en la investigación de campo, teniendo el caso de estudio la metodología adoptada. Es una investigación que describe los fenómenos del analfabetismo desde la perspectiva de las personas que viven con este problema, y sientan las consecuencias de este hecho en sus vidas. Como instrumento de recolección de datos, se utilizaron entrevistas semiestructuradas y cuestionarios cerrados.

**Palabras Clave:** Campo. Analfabetismo. Jóvenes y Adultos.

## Introdução

O conceito de alfabetização aqui utilizado tem como referência, o mesmo que afirma o Ministério da Educação (MEC), a saber: “[...] um indivíduo alfabetizado não será aquele que domina apenas rudimentos da leitura e da escrita e/ou alguns significados numéricos, mas aquele que é capaz de fazer uso da língua escrita e dos conceitos matemáticos em diferentes contextos”. (BRASIL, 2015, p. 160). Desta forma, a alfabetização é o processo no qual o educando adquire a habilidade da leitura e escrita não somente de palavras, mas de textos e principalmente consegue estabelecer interações com o conhecimento de modo que estabelece conexões diversas com o seu contexto.

Assim, definimos que a alfabetização é um processo para além da aquisição funcional da leitura e escrita, significa a capacidade de operacionalizar as competências adquiridas para a sociabilidade e interação de forma crítica e diferenciada na sociedade, a partir da interferência e intervenção com os sistemas locais complexos e peculiares do meio. Os sujeitos que não adquiriram a capacidade/habilidade da leitura e compreensão de pequenos textos e não dominam a escrita, mas conseguem de forma mecânica ler e escrever são chamados de analfabetos funcionais. Contudo, a denominação de analfabetos não caracteriza ausência total de conhecimentos, pois existem saberes/fazer diferenciados que caracterizam experiências próprias de desenvolver a vida em diversos contextos.

Diante dos processos políticos que caracterizam uma realidade marcada pelas desigualdades sociais, a falta de oportunidades configura uma implicação dessa realidade. No campo a ausência de escolas e conseqüentemente de



acesso a escolarização, é uma configuração implicada nessa realidade e sempre esteve presente contribuindo para provocar um ideário social em que o conhecimento escolar não fazia parte.

Porém, não adianta somente ofertar um projeto ou programa para que essa modalidade de ensino esteja presente no campo, mas dar condições reais do bom desenvolvimento do trabalho pedagógico para o aprendizado dos educandos, compreendendo criticamente o mundo e as relações do tecido social que empurram os sujeitos para o gueto da subordinação dos valores e da pobreza, já que:

O mapa do analfabetismo é o mesmo mapa da pobreza, onde falta tudo, não só acesso à educação. Por isso, a luta pelo direito à educação não está separada da luta pelos demais direitos. E não basta oferecer um programa de Educação de Jovens e adultos. É preciso oferecer condições de aprendizagens, transporte, locais adequados, materiais apropriados, muita convivência e também bolsas de estudo. (GADOTTI, 2009, p. 26).

A falta de acesso a escolas e condições mínimas para garantir a aprendizagem, facilitou o iletramento desses sujeitos, dificultando sua organização social. Esse descaso político acirra com mais intensidade a problemática relacionada a inferioridade e vulnerabilidade dos agricultores e agricultoras do campo, que levam suas vidas sem acesso ao entendimento da realidade de dominação social e, assim, permitem o comando dos grandes latifundiários e empresários do agronegócio, pois assumem o controle da situação de legitimidade das relações de subalternidade e submissão.

Múltiplos autores, entre eles: Arroyo, Caldart e Molina (2011); Soares (2006); Freire (1981), apontam o analfabetismo como consequência da falta de políticas públicas eficientes não só para ofertar a EJA, mas proporcionar condições para os educandos e educadores permaneçam no processo de ensino e aprendizagem.

A pesquisa é de grande importância, primeiro que a comunidade fica localizada no campo e como outras populações camponesas sofreram com o abandono governamental na educação, desenvolvimento local e em outras áreas da sobrevivência humana. Em segundo, é importante compreender os



motivos que levaram os sujeitos dessa comunidade ao analfabetismo. Em terceiro, dará subsídios de informações qualitativas e quantitativas para fortalecer a tese da ineficiência das políticas públicas de combate ao analfabetismo nesse território específico.

Assim, a presente investigação buscou analisar as causas da situação de analfabetismo dos sujeitos do campo, refletindo as consequências desse fenômeno na vida de agricultores e agricultoras e a oferta da Educação de Jovens e Adultos (EJA) na comunidade camponesa no município de Rodelas/Bahia. Diante dessa inquietação, a procedência desse estudo, incidiu sobre a realização de um mapeamento conceitual das causas e consequências desse fato, na visão dos próprios sujeitos investigados que serão de grande valia para avaliar o quanto o direito a educação está sendo assegurado aos sujeitos do campo.

O percurso metodológico utilizado nesta investigação apresenta como uma abordagem quali-quantitativa em pesquisa de campo. Uma parte dos dados coletados foram quantificados, mensurados em forma, porcentagem e gráficos, centrando na objetividade e precisão dos resultados obtidos. Assim, a pesquisa quantitativa não só traz estrutura de estatísticas, “[...] mas a estatística pode ser considerada mais do que apenas um meio de descrição racional; é, também, um método de experimentação e prova, pois é método de análise”. (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 108-109).

A investigação é resultado também de informações retiradas de achados subjetivos, por isso requer do pesquisador um entendimento aprofundado das relações intersubjetivas no contexto da vida dos agricultores e agricultoras pesquisados/das. Por isso foi usado o método qualitativo, pois “[...] é adequado aos estudos da história, das representações e crenças, das relações, das percepções e opiniões, ou seja, dos produtos das interpretações que os humanos fazem durante suas vidas [...]”. (MINAYO, 2008, p. 57).

Quanto aos fins, essa pesquisa se caracteriza como sendo descritiva e explicativa. A finalidade deste tipo de investigação é descrever e encontrar a consistência cultural com que o processo, fenômeno e/ou fato ocorre. De acordo com Gil (2002, p. 42): “[...] entre as pesquisas descritivas, salientam-se aquelas



que têm por objetivo estudar as características de um grupo; sua distribuição por idade, sexo, procedência, nível de escolaridade, estado de saúde física e mental etc. [...]”. Nesse caso, o quantitativo de pessoas em situação de analfabetismo em uma comunidade do campo no município de Rodelas/Bahia, tendo em vista as causas e consequências.

Caracteriza-se também como uma pesquisa explicativa, pois busca identificar e explicar a ocorrência das inquietações problematizadas. De acordo com Gil (2002, p. 42): “[...] uma pesquisa explicativa pode ser a continuação de outra descritiva, posto que a identificação dos fatores que determinam um fenômeno exige que este esteja suficientemente descrito e detalhado”. Nessa circunstância, este estudo realiza um mapeamento conceitual; interpreta, identifica e tece explicações das causas e consequências do analfabetismo na vida dos agricultores e agricultoras no município de Rodelas/Bahia.

Como procedimento metodológico, foi utilizado o estudo de caso que permite aprofundar em uma pessoa, grupo ou categoria de sujeitos organizados de forma semelhante e se assumem tratar de uma situação específica, procurando encontrar as características/fatos/fenômenos presentes no objeto investigado. Para Gil (2002, p. 5) o estudo de caso: “[...] consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento, tarefa praticamente impossível mediante outros delineamentos já considerados”. Para tanto, essa investigação de estudo de caso permite um aprofundamento na realidade do analfabetismo de uma agrovila de agricultores/as localizada no município de Rodelas/Bahia.

Foram utilizados como instrumentos de coletas de dados para a pesquisa, questionários fechados e entrevistas semiestruturadas com 70 agricultores e agricultoras de uma comunidade do campo no município de Rodelas/BA. O questionário fechado foi usado para coletar os dados quantitativos, como o número de pessoas analfabetas na comunidade divididos por: sexo, cor e faixa etária. De acordo com Marconi e Lakatos (2003, p. 200): “[...] o questionário é um instrumento de coleta de dados, constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador”. Portanto, a utilização desse instrumento de pesquisa permitiu



facilitar a coleta de informações quantitativas e qualitativas, que subsidiaram essa investigação.

Para coletar os dados qualitativos foram utilizadas entrevistas semiestruturadas com os agricultores/as, sujeitos dessa investigação. Segundo Marconi e Lakatos (2003, p. 199) a entrevista: “[...] é um procedimento utilizado na investigação social, para a coleta de dados ou para ajudar no diagnóstico ou no tratamento de um problema social”. Esse instrumento oportuniza o entrevistado discorrer sobre o assunto pesquisado livremente e já que se trata de sujeitos analfabetos, a entrevista torna-se a melhor abordagem.

Assim, as próximas seções trataram das discussões teóricas e empíricas do analfabetismo de jovens e adultos no campo, mostrando as causas e consequências segundo os sujeitos, bem como a falta de políticas públicas concretas de enfrentamento para acabar com o analfabetismo no campo.

### **Analfabetismo de jovens e adultos no campo e a EJA**

O Brasil é um país com ampla desigualdade social, elevado índice de pobreza, desemprego e perspectiva de qualificação/permanência pelo viés da escolarização formal em nível médio e superior. Levando em consideração esses e outros fatores sociais, o campo brasileiro sempre esteve atrelado ao local do trabalho degradante, onde os sujeitos “não precisariam estudar”, já que trabalham na roça. Essa ideologia dominante internalizada pela elite brasileira como valor, é perpassada ao longo do processo histórico nas práticas governamentais, com pautas orçamentárias em fundos que reservam as políticas de direitos sociais direcionadas para o meio urbano e para a classe dominante, relegando as populações que vivem no e do campo (PIRES, 2012; ARROYO; CALDART; MOLINA, 2011).

De acordo com Pires (2012) os latifúndios modernos estão nas “mãos” de poucos e outros muitos não têm acesso à terra, caracterizando o Brasil como um país de maior concentração de terras do mundo. Segundo a autora, isso ocorre desde as capitânicas hereditárias e “[...] tem provocado grandes desigualdades socioeconômicas no campo brasileiro, com alto preço de destruição da



agricultura familiar, devastação e degradação dos empregos rurais, miséria da população rural, elevados índices de analfabetismo [...]” (p. 23).

As desigualdades para a obtenção da propriedade sempre foram evidentes na distribuição de terras, no Brasil. Essa lógica perversa incide também nas oportunidades no âmbito do alcance a educação formal. Essa política negligente do Estado, em longo prazo, construiu uma cultura de degradação para o acesso e permanência a educação para os atores e atrizes do campo e como consequência dessa realidade, o país apresenta altos índices de analfabetismo, repetência, evasão escolar; também o êxodo rural, a subordinação dos grandes proprietários de terra em um processo ideológico de dominação de uma elite burguesa e aristocrata.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a taxa de analfabetismo na população de 15 anos ou mais de idade caiu de 13,63% em 2000 para 9,6% em 2010. No campo, a taxa de analfabetos na mesma faixa etária passou de 29,8% para 23,2% (CENSO-2010). Esses números mostram uma pequena queda em relação a quantidade de pessoas em situação de analfabetismo, consequências da distribuição das políticas de acesso à escola nos últimos anos como a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDBEN) e suas alterações, o Plano Nacional de Educação (PNE), o Decreto n.º 7.352, de 4 de novembro de 2010, Diretrizes Curriculares Operacionais para Educação do Campo, Resolução n.º 2, de 28 de Abril de 2008, que estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo, entre outras. Também os enfrentamentos dos movimentos sociais do Campo, que atuam fortemente contra as injustiças e negação de direitos: o direito a educação própria, contextualizada e significativa. Mesmo com esses avanços, o Brasil continua com números elevados de pessoas que não tiveram acesso à escola; ainda segundo o Censo (2010), existem aproximadamente pouco mais de 13.000 pessoas na mesma faixa etária que não conseguem ler ou escrever. Por isso, precisamos de “[...] programas ou iniciativas continuadas de alfabetização de jovens e adultos, até que seja efetivamente eliminado o analfabetismo no campo”. (FERNANDES; CERIOLI; CALDART, 2011, p. 50).



Nessa perspectiva, na Educação de Jovens e Adultos (EJA), a alfabetização torna-se diferenciada porque precisa introduzir na esfera curricular, problematizações referentes ao processo histórico dos educandos. Esse processo é uma das caracterizações da alfabetização de adultos, pois estes têm uma história vivida com uma visão de mundo singularizada. Os educandos da EJA são em grande parte trabalhadores rurais, empregados e desempregados e tais aspectos devem ser levando em conta como política pedagógica em atuação, nas metodologias, nos projetos, no currículo e didáticas; como prática para uma educação contextualizada e significativa, pois segundo Freire (1981, p. 12), em contestação com a maneira infantilizada de desempenhar o processo educativo em EJA, está “[...] implícita uma deformada maneira de vê-los – como se eles fossem totalmente diferentes dos demais. Não se lhes reconhece a experiência existencial bem como o acúmulo de conhecimentos que esta experiência lhes deu e continua dando”. Essa maneira de alfabetizar infantilizando o jovem ou adulto torna-se um entrave para trazer esses sujeitos para o mundo letrado.

Assim, para o processo de alfabetização eficiente, trona-se primordial que o educador tenha formação inicial e continuada voltada para a construção de metodologias e didáticas contextualizadas com a realidade social na qual os educandos da EJA estejam inseridos, como afirma Freire (1981, p. 13) quando diz que:

Para a concepção crítica, o analfabetismo nem é uma “chaga”, nem uma “erva daninha” a ser erradicada, nem tampouco uma enfermidade, mas uma das expressões concretas de uma realidade social injusta. Não é um problema estritamente linguístico nem exclusivamente pedagógico, metodológico, mas político, como a alfabetização através da qual se pretende superá-lo.

O analfabetismo segundo o autor não pode ser comparado a uma “chaga” ou “erva daninha”, mas se constitui em consequências das políticas; uma problemática social, entendido como implicado a um dos fatores que caracteriza o quadro da marginalização e subordinação dos sujeitos do campo ao capital e ao trabalho degradante. Esse desafio faz a EJA uma iniciativa libertadora para



vencer as barreiras da visão negativa de si mesmo, bem como a concretização de um direito negado na história do Brasil: o direito a educação.

As políticas educacionais concretizadas com a finalidade de garantir o acesso de jovens e adultos ao mundo letrado são fundamentais, entre elas o Decreto n.º 7.352 inciso primeiro, de 4 de novembro de 2010, que afirma ser fundamental: “I - reduzir os indicadores de analfabetismo com a oferta de políticas de educação de jovens e adultos, nas localidades onde vivem e trabalham, respeitando suas especificidades quanto aos horários e calendário escolar”. Também, conforme se constata no Capítulo II, Seção V, da LDB, de 1996, que, assim, regulamenta:

Art. 37. A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria. § 1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames. § 2º O poder público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si. (BRASIL, 1996, p. 13).

A Resolução n.º 2, de 28 de abril de 2008, estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo, em especial o art. 1º, parágrafo 4º coloca que:

§ 4º A Educação do Campo deverá atender, mediante procedimentos adequados, na modalidade da Educação de Jovens e Adultos, as populações rurais que não tiveram acesso ou não concluíram seus estudos, no Ensino Fundamental ou no Ensino Médio, em idade própria. (BRASIL, 2008).

E antes mesmos dessas políticas públicas garantirem a EJA, temos a Constituição Federal de 1988 (CF), em seu art. 205 garante que “[...] a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. (BRASIL, 1988).



Contudo, essas políticas mostraram-se ineficientes, como já mencionado anteriormente na leitura dos dados do IBGE (CENSO, 2000), ou até mesmo são inexistentes na prática. Deve-se construir ações de incentivo e motivações para o letramento, pois somente a oferta da EJA não é/será suficiente para erradicar o analfabetismo. Há uma questão fundamental para a alfabetização que engloba a vontade e o estímulo do educando a realizar tal tarefa e alguns motivos levam a esses jovens e adultos a entrarem nesse processo de aquisição da leitura e escrita, entres eles: questões econômicas e sociais; mercado de trabalho; o prazer pessoal de entrar no universo letrado; entre outros.

Também no Plano Nacional de Educação (PNE), no que tange a EJA, destaca-se o art. 2º que diz sobre as diretrizes do plano:

I - erradicação do analfabetismo; II - universalização do atendimento escolar; III - superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação; IV - melhoria da qualidade da educação; V - formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade; VI - promoção do princípio da gestão democrática da educação pública; VII - promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País; [...]. (BRASIL, 2014).

Deste modo, espera-se que a União, Estados e Municípios consigam até 2024 alcançar as metas propostas e finalmente ofertar e promover o aprendizado e a permanência dos Jovens e Adultos na educação básica, cumprindo o que já estabelece a legislação vigente.

Outros fatores para que haja um processo da EJA no campo é um currículo e projetos político pedagógico próprio, projetos educativos contextualizados e que esteja de acordo com os tempos, saberes e fazeres desse território específico. Deste modo, Soares (2006, p. 24) afirma que:

[...] Um adulto pode ser analfabeto, porque marginalizado social e economicamente, mas se vive em um meio em que a leitura e a escrita têm presença forte, se interessa em ouvir a leitura de jornais, feita por um alfabetizado, se recebe cartas que outros leem para ele, se dita cartas para que um alfabetizado as escreva [...] se pede a alguém que lhe leia avisos ou indicações afixados em algum lugar, esse analfabeto é, de certa forma, letrado, porque faz uso da escrita, envolve-se em práticas sociais de leitura e de escrita.



O autor acima afirma que mesmo que o sujeito seja analfabeto, inserido no mundo letrado, em alguma medida é letrado. O adulto em situação de analfabetismo, nesse caso específico no campo, tem sabedoria própria, pois “[...] os camponeses desenvolvem sua maneira de pensar e de visualizar o mundo de acordo com pautas culturais que, obviamente, se encontram marcadas pela ideologia dos grupos dominantes da sociedade global de que fazem parte”. (FREIRE, 1981, p. 27). O analfabetismo dos sujeitos do campo se resume a não codificar e decodificar os símbolos gráficos e não ausência de conhecimento e linguagem comunicativa. O processo de alfabetização deve estar convergente com a realidade. É importante também a formação específica para educador/a da EJA que trabalho e/ou mora no campo, pois, ele/a como conhecedor/a da realidade vivenciada pode partir dos núcleos geradores de interesse do educados para alfabetizá-los, segundo Arroyo (2006, p. 22):

[...] um dos traços da formação dos educadores de jovens e adultos tem de ser conhecer as especificidades do que é ser jovem, do que é ser adulto. Em qualquer programa de formação do educador e da educadora da EJA, as questões que devem ser nucleares, e a partir das quais tudo deve girar, são: quem é essa juventude e quem são esses adultos com quem vamos trabalhar? O que significa ser jovem e adulto da EJA? Não é qualquer jovem e qualquer adulto. São jovens e adultos com rosto, com histórias, com cor, com trajetórias sócio-étnico-raciais, do campo, da periferia. Se esse perfil de educação de jovens e adultos não for bem conhecido, dificilmente estaremos formando um educador desses jovens e adultos [...].

Assim sendo, criar condições de alfabetização e letramento é uma tarefa complexa, mas que carrega em si o problema da exclusão social, cultural e política. “Acabar” com o analfabetismo na relação quantitativa, em muitos casos, não representa, entretanto, a inclusão de fato em relação a aquisição do conhecimento e a inserção profissional no mercado de trabalho. O qualitativo por vezes é deixado para trás para se cumprir objetivos e metas governamentais, relegando as relações sociais, as especificidades, as tensões e problemas que muitas vezes, se considerado, interfere diretamente no enfrentamento e superação dessa problemática, política e social: o analfabetismo no campo.



## **Análise dos dados sobre o analfabetismo em uma comunidade do campo no município de Rodelas/Bahia**

Importante destacar que a análise evidenciará o descaso com a alfabetização de jovens e adultos, mesmo existindo políticas públicas que garantam o acesso e permanência no processo de ensino e aprendizagem desses sujeitos camponeses e as disparidades entre idade, sexo, cor e gênero dispostas em percentual.

226

### **Educação de jovens e adultos no município de Rodelas-Bahia**

No município de Rodelas-Ba, de acordo com o Plano Municipal de Educação (PME), com validade de 2015 a 2025, diz que as matrículas na Educação de Jovens e Adultos caíram ao longo dos anos devido ao fato que algumas escolas deixaram de ofertar essa modalidade de ensino, entres outros motivos.

Segundo o PME (2015), na meta 8, diz que a posposta é:

Elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos, de modo a alcançar, no mínimo 12 (doze) anos de estudo no último ano de vigência deste Plano, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no País e dos 25% (vinte e cinco por cento) mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (RODELAS, PME, 2015).

E para atingia a meta 8, o PME (2015) adota, entre outras, as seguintes estratégias:

**8.1** disponibilizar os recursos para atender a Educação no Campo e a Educação de Jovens e Adultos, garantindo uma educação com políticas inclusivas que assegure o acesso e a permanência dos alunos, disponibilizando, sobretudo à formação continuada dos educadores, contemplando o plano de cargos e salários de todos os profissionais de educação. [...] **8.3** Garantir parcerias junto com as esferas Municipal, Estadual e Federal em ofertar cursos do PROEJA, para a Educação do Campo. (RODELAS, PME, 2015).



Também segundo o PME e o Referencial Curricular do Município de Rodelas (ainda em construção) a Educação de Jovens Adultos é apenas ofertada no Colégio Municipal João Justiniano da Fonseca e é distribuída da seguinte forma:

Tempo Formativo	Eixo	Ano Escolar
Multisseriadas Tempo Formativo 1	I, II e III (Turmas na aldeinha)	1º ao 5º ano
Tempo Formativo 2	IV	6º e 7º anos
	V	8º e 9º anos
Tempo Juvenil 2	I	6º e 7º anos
Tempo Juvenil 2	II	8º e 9º ano

Fonte: Adaptado da Proposta Curricular do Município de Rodelas-Ba (2020).

Fica evidente que a meta 8 está longe de ser atingida, pois exceto a “aldeinha”, as populações do campo não têm acesso a EJA nas suas comunidades, sendo um entrave para o fortalecimento ao acesso e a permanência dos alunos. Este fato se relaciona com a diminuição das matrículas, já que é mais complexo os agricultores e agricultoras saírem das suas agrovilas e irem para a cidade estudar.

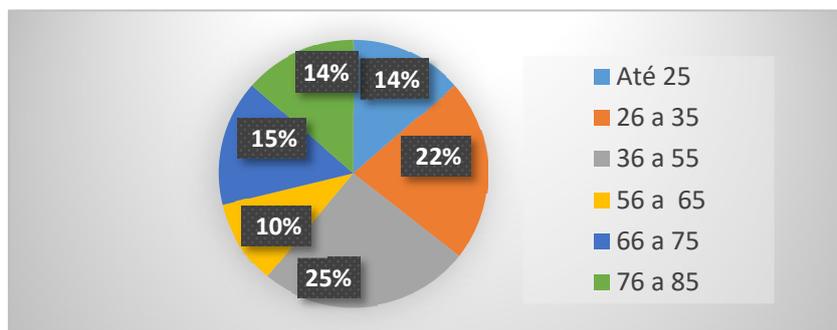
### **Análise teórica e empírica dos dados da pesquisa de campo sobre o analfabetismo**

Dos 70<sup>2</sup> agricultores que participaram da pesquisa, apenas 11 são alfabetizados. Ainda segundo os dados obtidos na investigação, foi possível constatar, que a maior parte dos colaboradores desta pesquisa, sujeitos do campo em condições de analfabetismo, possui a faixa etária entre 36 a 55 anos de idade, perfazendo um total de 26% dos agricultores e agricultoras entrevistados, como mostra o gráfico.

<sup>2</sup> A comunidade possui mais agricultores/as, porém só os 70 aceitaram participar da pesquisa.



**GRÁFICO 1-** Mapa do analfabetismo, de uma comunidade do campo, por faixa etária.



Fonte: O autor em resultado da pesquisa de campo.

O gráfico evidencia que os sujeitos da pesquisa de até 25 anos de idade, estimados em 14% são superiores em quantidade, ao percentual de pessoas analfabetas que possuem entre 56 a 65, representando 10%, também entre aqueles com faixa etária de 76 a 85 anos equivalentes a 14%. O gráfico, ainda evidencia um maior número de analfabetos com idades entre 36 a 55 anos, 25%.

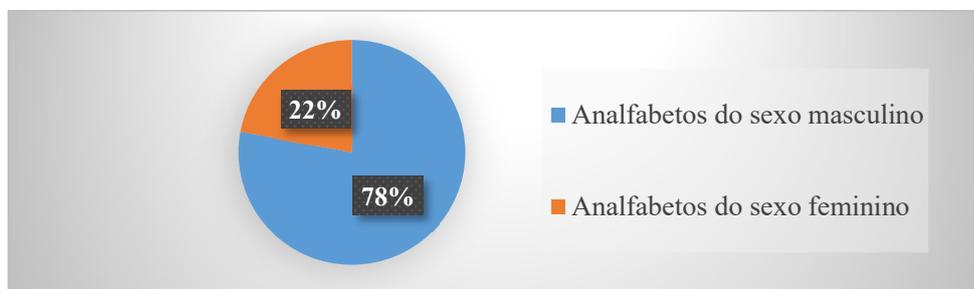
Então podemos sublinhar a ineficácia do acesso a escolarização básica em todas as faixas etárias, em consequência das ausências de políticas para a Educação no/e do Campo em tempos remotos. Em amostra representativa em estudo de caso, constata-se, em número, que a garantia constitucional do direito a educação para todos e a política nacional da Educação de Jovens e adultos (EJA), foi historicamente negligenciada no campo. Existe uma política contrária, que não garante acesso e permanência aos processos de escolarização formal e informal, destinados aos povos da terra, das águas e da floresta para a aquisição do conhecimento objetivo e socialmente construído pela intersubjetividade dos saberes desses povos.

O gráfico ainda mostra que o menor percentual de analfabetos na comunidade é entre 56 a 65 anos de idade, um total de 10% dos agricultores e agricultoras entrevistados. Esse percentual apresenta menor, segundo os dados da entrevista, em consequência do impacto, segundo os agricultores e agricultoras, do programa Todos pela Alfabetização (TOPA) do Governo do Estado da Bahia realizado no município de Rodelas/Bahia, onde a maioria que frequentava as aulas de alfabetização eram nessa faixa etária. Ainda assim, o

número de analfabetos, mesmo que funcional, nessa comunidade do campo é expressivamente alarmante do ponto de vista da criação, implementação e eficácia de ações e políticas para alfabetização para a população camponesa.

O segundo gráfico mostra o número de analfabetos por sexo. Segundo essa categoria de análise a maioria dos iletrados entrevistados na comunidade são do sexo masculino com um total de 78% ao passo que do sexo feminino, constituem 22% dos analfabetos.

**GRÁFICO 2-** Índice de analfabetos por sexo.



Fonte: O autor em resultado da pesquisa de campo.

Em entrevista, os agricultores e as agricultoras responderam que a maioria dos homens, mesmo crianças, tinham que ajudar na roça, pois o trabalho em duração nos turnos matutino e vespertino impediam estudar; enquanto as mulheres ficavam em casa ajudando a mãe com os afazeres domésticos pela manhã e à tarde iam estudar como afirma uma agricultora:

Quando eu era criança tinha que ajudar minha mãe em casa e a tarde ia estudar, mas mesmo assim, faltava muito na escola, porque as vezes tinha que ajudar na roça quando as coisas apertavam. Eu ficava olhando minhas amigas trabalharem o dia inteiro e não 'ia' a escola, então acabaram por não aprender a ler. Eu ia a escola, mas também não consegui aprender ler e escrever porque não dava importância para estudar, eu tinha era que arrumar a casa e trabalhar (AGRICULTORA EM ENTREVISTA).

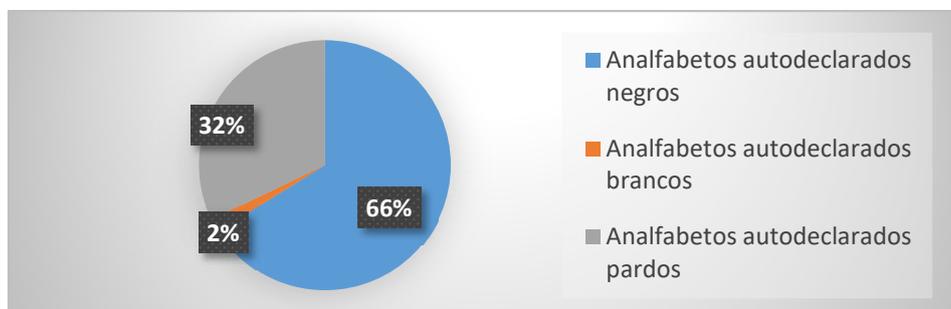
A camponesa relata que em meio as dificuldades da vida no campo, não se sentia estimulada para estudar, também por dividir o seu tempo entre ajudar a família na roça, ajudar a mãe nas tarefas domésticas e estudar, acabou

desistindo de frequentar a escola e por isso não aprendeu a ler e a escrever. Algo muito comum na vida de quem vive no campo, embora ao longo dos anos essa realidade tem mudado significativamente. No entanto acredita-se que a Educação do/no Campo ainda tenha uma parte política nesse processo de garantir uma educação específica para esses sujeitos, significativa para a garantia dos direitos a uma educação específica, que envolva atores, atrizes e realidade. Muito embora há aspectos no acesso e permanência na escola como a falta e/ou ineficiência das políticas públicas concretas para alfabetizar.

É possível constatar, que essa divisão biológica do trabalho doméstico para as mulheres e do labor na roça para os homens, tem na relação sexual de gênero um aspecto a sublinhar. O homem aparece como forte biologicamente, provedor e capaz de aguentar as adversidades climáticas, por isso a escola não constitui seu lugar. Já as mulheres são frágeis, dominadas pela fortaleza masculina. Essa distinção de papéis aparece no argumento de que “homens e mulheres são biologicamente distintos e que a relação entre ambos decorre dessa distinção, que é complementar na qual cada um deve desempenhar um papel determinado secularmente [...]”. (GUACIRA, 2014, p. 24). Podemos constatar que essa divisão de gênero favoreceu a mulher, apenas no acesso à escola.

inda segundo os dados, os autodeclarados pardos compõem 32% do total dos analfabetos na comunidade entrevistada. Essa estatística também mostra que apenas 2% dos analfabetos se autodeclararam brancos.

**Gráfico 3-** Índice de analfabetos por cor da pele.



Fonte: O autor em resultado da pesquisa de campo.

Outro dado preocupante é que a maior parte dos analfabetos são de cor negra. Os autodeclarados negros constituem 66% dos analfabetos na comunidade, ou seja, a população negra e pobre nesse território geográfico rural específico, demonstram assumir os processos que envolvem reconhecimento racial, porém sofrem com a marginalização, a falta de acesso à educação e outros problemas que se referem a sobrevivência social.

Existe na sociedade um processo histórico de segregações educacionais, políticas e culturais da população do campo. Ao observar o índice de brancos analfabetos, 2% seguido dos autodeclarados pardos de 32%. Constata-se o racismo histórico, em nosso país, conduziu o índice de negros analfabetos, subordinados a valorização do branqueamento, principalmente na declaração da cor parda, intermediária ao branco e preto, que não retrata a realidade racial existente, contribui para reforçar o sentimento de inferioridade e injustiças sofridas.

Para Pires (2012, p. 16) o acesso aos direitos humanos, em especial das minorias [negros, índios, povos do campo...] é negado, porém “[...] a sociedade presencia uma nova onda de direitos: o direito às identidades, à pluralidade cultural e de valores, e, mesmo, à defesa de diferenças e outros que vão surgindo [...]”, sento a luta dos povos do campo e a educação em direitos humanos potencialmente responsáveis por difundir o direito as singularidades presentes em cada contexto.

### **As causas e consequências do analfabetismo na vida dos agricultores segundo os próprios sujeitos**

Em resposta a entrevista os agricultores/as responderam sobre as causas do afastamento a escola em suas vidas, considerando a presença do analfabetismo na família, a carência de estímulos para a formação do conhecimento, fatos que impediam o acesso e permanência na escola. Outro fator de dificuldades além da não existência de escolas próximas a suas residências é o cansaço depois do trabalho exaustivo, como afirma os agricultores/as sobre as causas do iletramento “[...] por que tinha que trabalhar para ajudar pai e mãe a criar os irmãos. Por que não tinha escola perto de casa



naquela época, caminhava muito no sol quente para chegar até na escola, muito longe” (AGRICULTOR EM RESPOSTA A ENTREVISTA DE CAMPO).

A fala do agricultor mostra a realidade da vida no campo em uma época que o trabalho braçal era a única perspectiva de vida, o único caminho para os camponeses. Essas colocações concretizam uma infância/adolescência (e/ou a falta dela) de muito trabalho, de inexistência do Estado em construção de escolas, de políticas públicas que viabilizam garantias de vida digna com o mínimo de condições de sobrevivência. A entrevistada também relatou que: “[...] quando eu era criança não pensava em estudar por que isso era algo muito distante da gente, só rico e principalmente da cidade que estudava e também porque casei eu tinha 16 **anos**, aí tinha que ir cuidar da casa, arrumar na verdade, cozinhar e ainda trabalhar” (AGRICULTORA EM RESPOSTA À ENTREVISTA DE CAMPO, grifo meu).

Está explícito na fala da agricultura que existe um ideário legitimado de que o campo não é lugar do conhecimento e essa realidade justifica o atraso, pois constitui exclusivamente lugar de trabalho braçal, faz parte da compreensão da agricultora. Também é introjetada na mente dos agricultores que apenas os sujeitos da cidade devem estudar, seguir carreira escolar. Outro aspecto que chama a atenção é que a entrevistada destaca o casamento e os afazeres domésticos como justificativa para não continuar a estudar.

Cumprido sublinhar, que esses fatores apontados pelos agricultores e agricultoras apontam a construção de uma estrutura ideológica valorativamente urbanocêntrica entre os sujeitos do campo, ao desenvolver o “*habitus*” de que trabalho, a terra, a água ou a floresta possuem sabedorias suficientemente capazes de conduzir a vida em sociedade, pois não há a necessidade da compreensão do sistema de escrita e da codificação-decodificação das letras. (BOURDIEU, 2009).

A pesquisa evidencia que o analfabetismo causa grandes consequências na vida dos sujeitos do campo, pois esse contínuo processo de exclusão dos camponeses do mundo letrado segundo os colaboradores da investigação tem efeitos negativos, pois: “[...] isso causou muito mal a mim, até hoje tenho que colocar o dedo no lugar da assinatura por que não sei ler, né?” (AGRICULTORA



EM RESPOSTA À PESQUISA DE CAMPO). Outro entrevistado destaca que “[...] todas as consequências do mundo, sem ler ou escrever é difícil encontrar emprego bom” (AGRICULTOR EM RESPOSTA À PESQUISA DE CAMPO).

Considerando as afirmações acima, podemos dizer que a não aquisição do processo de leitura e escrita, segundo os próprios sujeitos, dificultam no dia a dia ao tentar um emprego melhor e quando tem que ir à cidade onde o mundo letrado cobra o conhecimento objetivo: saber codificar e decodificar o sistema de escrita. Isso tem consequências graves na vida dos agricultores, um processo forte de baixa estima, de inferioridade da população que mora na cidade.

Ainda segundo os camponeses as consequências estão presentes em suas vidas e reconhecem somente depois, no crescimento da sua maturidade e experiência de vida, pois “[...] o arrependimento de não ter estudado faz parte da minha vida, né? Por que “pudia” ter um emprego bem melhor e uma vida melhor, né, hoje, já depois de velho e cansado eu percebi isso, né?” (AGRICULTOR EM RESPOSTA A ENTREVISTA).

A educação na visão dos agricultores não é pensada para a formação do pensamento crítico e reflexível, formação pessoal, profissional e humanista dos sujeitos futuros da comunidade. Assim, a educação para os agricultores se restringe a formação de mão de obra barata para o mercado. Para Frigotto (2005), analisado a relação do capital com a força de trabalho destaca:

[...] A força de trabalho expressa sua centralidade ao se transformar em produtora de valores de troca, com o fim de gerar mais lucro ou mais valor para os capitalistas. O trabalho, então, de atividade produtora imediata de valores de uso para os trabalhadores, se reduz à mercadoria força de trabalho e tende a se confundir com emprego. O capital detém como propriedade privada, de forma crescente, os meios e instrumentos de produção. A classe trabalhadora detém apenas sua força de trabalho para vender. Ao capitalista interessa comprar o tempo de trabalho do trabalhador ao menor preço possível, organizá-lo e gerenciá-lo de tal sorte que ao final de um período de trabalho – jornada, semana ou mês – o pagamento em forma de salário represente apenas uma parte de tempo pago e a outra se transforme em ganho do capitalista ou um sobrevalor [...] (FRIGOTTO, 2005, p. 4).

O capital incumbe os agricultores a pensar que estudar é uma mera formalidade para conseguir trabalhar, excluindo as bases reflexivas da luta de



classes, como cidadãos/cidadãs participativos/participativas e críticos; sem preconceitos, que respeite a diversidade e o multiculturalismo; que seja empoderamento; das visões de sujeito e de mundo que estão presentes as relações campesinas. Freire (1980, p. 33-34) explica:

Para ser válida, toda educação, toda ação educativa deve necessariamente estar precedida de uma reflexão sobre o homem **e sobre a mulher** e de uma análise do meio de vida concreto do homem **e da mulher** concreto a quem queremos educar (ou melhor dito: a quem queremos ajudar a educar-se). (Grifo meu).

Assim, existem diversas consequências do analfabetismo segundo os agricultores/as e até mesmo outras que não foi perceptível por eles/as. Essas consequências geram sentimento de culpa, ressentimentos e vergonha nas pessoas analfabetas diante de sujeitos alfabetizados. Mas, temos que verificar, o fato de saber ler ou escrever não garante emprego; essa afirmativa está presente no discurso de muitas pessoas e é construído para que se sintam motivadas a procurar a alfabetização para que possam servir ao mercado do capital. O autor ainda fala que: “[...] não basta saber ler que Eva viu a uva. É preciso compreender a posição que Eva ocupa no seu contexto social, quem trabalha para produzir a uva e quem lucra com esse trabalho”. (FREIRE, 1991, p. 22). Então, o educando/a da alfabetização na EJA, precisa se entender como sujeito cultural, histórico e político e as relações de trabalho de dominação.

### **Educação de jovens e adultos: oferta e participação**

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/1996) estabelece em seu art. 3º inciso I, que a “[...] igualdade de condições para o acesso e permanência na escola [...]” e no art. 4º IV “[...] acesso público e gratuito aos ensinos fundamental e médio para todos os que não concluíram na idade própria [...]”, está sendo negado aos agricultores e agricultoras do campo. Ainda, a LDB estabelece que:

VI - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando; VII - oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que

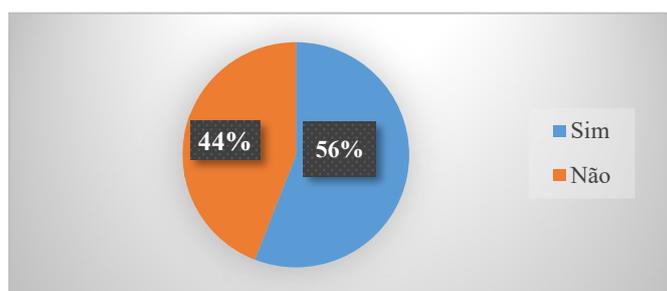


forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola. (BRASIL, 1998).

Em entrevista com os agricultores/as, foram questionados sobre a oferta da alfabetização para a população dessa comunidade e constatou-se que não há EJA na comunidade pesquisada, como também está explicitado no PME (2015) e na Proposta Curricular do Município (2020). A negação desse direito fundamental: o direito a educação, vem sendo negligenciado sistematicamente.

Também foi questionado caso seja ofertado a EJA na comunidade, se eles/as frequentariam a escola; a maioria de 56% respondeu que sim, a outra minoria de 44% responderam negativamente sobre o interesse em retornar à escola, como mostra o gráfico abaixo.

**Gráfico 3-** Agricultores/as que voltaria/começaria a estudar com a oferta da EJA na comunidade.



Fonte: O autor em resultado da pesquisa de campo.

Segundo os dados obtidos na pesquisa de campo, 56% dos agricultores/as entrevistados e que são alfabetos, estudariam caso fosse ofertado a alfabetização para jovens e adultos em sua comunidade. Também em resposta a entrevista os camponeses responderam que voltariam por que: “[...] nunca é tarde demais “pra” voltar a estudar, né não? Até por que aprender a ler é o melhor a se fazer [...]” (AGRICULTOR EM RESPOSTA A ENTREVISTA DE CAMPO).

É possível considerar, na colocação acima do agricultor o reconhecimento sobre a importância de estudar, em especial aprender a ler, isso lhe traria uma certa autonomia em relação a dependência das outras pessoas. Para muitas pessoas pode parecer algo sem tanta importância, mas para esses camponeses/as, em particular, o conhecimento é de certa forma “[...] um fenômeno espetacular digno de admiração”.

Já os 44% dos agricultores que foram entrevistados e são analfabetos, responderam que não frequentariam a escola; justificaram negativamente não ser viável e não faria sentido em suas vidas como podemos constatar nessa fala:

**Por que ainda tenho que trabalhar para sustentar os filho e os neto e também porque esse coisa de estudar tem que ir pra cidade, muitas vezes o ônibus falta e nois tem que ir de moto, fica tarde pra voltar pra 7 [agrovila 07], por isso que nois não estuda mais [...] (AGRICULTORA EM RESPOSTA A ENTREVISTA DE CAMPO, grifo meu).**

Como podemos constatar nas falas anteriores, ainda há no imaginário camponês a ideologia dominante de dominação e subordinação: de gênero, território geográfico, cultural e condição de escolaridade. Essa realidade provoca depreciação de si e do seu modo de vida, além de caracterizar a cidade e as pessoas que vivem nela como modelo de afirmação valorativa de vida e de sujeitos.

Ainda na fala acima, destaca o descaso com o traspas escolar. O art. 208, inciso VII da CF, diz que o Estado tem a obrigação de garantir o “[...] atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde”. (BRASIL, 1988). A LDB em seu art. 11, inciso VI, diz que os municípios têm a incumbência de “assumir o transporte escolar dos alunos da rede municipal”. Para isso, foi criada a Lei n.º 10.880/04, em seu art. 2º instituiu:

[...] o Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar – PNATE, no âmbito do MEC, a ser executado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, com o objetivo de oferecer transporte escolar aos alunos da educação básica pública, residentes em área rural, por meio de assistência financeira, em caráter suplementar, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, observadas as disposições desta Lei. (BRASIL, 2004).

Assim, fica claro que a legislação garante o acesso ao transporte escolar, para garantir a continuidade da oferta da educação as populações rurais de todo o país. Porém, esse direito estava sendo garantido em partes, já que a agricultora disse que tinha o transporte, mas que o ônibus faltava muito.

A EJA deveria ser ofertada nas comunidades do campo para garantir um processo contextualizado, local e que fosse concreto para a garantia de



permanência. A escola do campo em seus processos educativos em geral, pode ser capaz de libertar das amarras de um processo condicional, de uma lógica espoliativa da negação de direitos e afirmação da luta constante para a sobrevivência em todos os sentidos.

### **Considerações Finais**

O analfabetismo no campo é uma herança negligente que é perpassada de geração a geração em um sistema segregador e de abandono do Estado brasileiro frente aos agricultores, agricultoras e demais povos que compõem o campo, principalmente em relação as práticas educativas e ausências de políticas de direitos.

A investigação mostrou que a maioria de analfabetos nessa comunidade no campo do município de Rodelas/Bahia são homens, negros e tendo idade entre 36 a 55 anos de idade. Também segundo os dados obtidos na pesquisa as principais causas do analfabetismo foram a falta de politização em relação a percepção do quanto são importantes a educação e o processo de escolarização na vida dos sujeitos; a ideologia burguesa de dominação; a falta de escolas próximo a suas casas; a falta de oferta da EJA na comunidade; a divisão do tempo entre o trabalhar no campo e o tempo de estudo; o cansaço após uma jornada de trabalho exaustivo, a falta de transporte escolar diariamente, entre outros aspectos.

Já as consequências, segundo os próprios sujeitos, foram de vergonha, humilhação e subordinação as condições impostas pelo mundo letrado aos analfabetos e a falta de autonomia e emancipação para resolver os problemas e situações do dia a dia , quando estão no universo urbano ou rural que necessite da leitura e escrita.

Assim, após análises e reflexões sobre a EJA, Educação do Campo e a ineficiência das políticas públicas para a comunidade pesquisada, pode-se afirmar que a universalização de acesso e permanência está distante de ser concretizada, pois a EJA é ofertada apenas no território urbano, no Colégio Municipal João Justiniano da Fonseca. A alfabetização de Jovens e Adultos se tornou apenas uma “política de governo” e não projeto de desenvolvimento



nacional e isso tem ocasionado exclusão de um enorme contingente de sujeitos para o analfabetismo.

Torna-se fundamental, novas pesquisas e ações na tentativa de buscar subsídios que possam auxiliar na resolução dos problemas enfrentados pelas populações do campo, em especial, o problema do analfabetismo de jovens e adultos nesse território geográfico rural, no que tange a oferta, permanência, políticas públicas de incentivo e contextualização das práticas pedagógicas, por exemplo, a pedagogia da alternância.

## Referências

ARROYO, Miguel Gonzáles; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna. (orgs.). **Por uma Educação do Campo**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

ARROYO. Miguel Gonzalez. Formar educadores e educadoras de jovens e adultos. *In*: SOARES, Leôncio (org.). **Formação de educadores de jovens e adultos**. Belo Horizonte: Autentica, 2006.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Tradução Fernand Tomaz (português de Portugal). 12. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

BRASIL. Lei 9394/96. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm). Acesso em: 12 fev. 2018.

\_\_\_\_\_. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE. **Censo Demográfico**. Brasília, 2010.

\_\_\_\_\_. Plano Nacional de Educação (PNE). **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil03/ato2011-2014/2014/lei/13.005.htm>. Acesso em: 20 nov. 2019.

\_\_\_\_\_. **RESOLUÇÃO Nº 2, DE 28 DE ABRIL DE 2008**. *In*: Brasil. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão - SECADI. Educação do Campo: marcos normativos/Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Brasília: SECADI, 2012.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 10.880, de 9 de junho de 2004**. Institui o Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar - PNATE e o Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para Atendimento à Educação de Jovens e Adultos, dispõe sobre o repasse de recursos financeiros do Programa Brasil Alfabetizado, altera o art. 4º da Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996, e dá outras providências.



\_\_\_\_\_. **Constituição da República Federativa do Brasil**,1988. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 2002.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade**. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1981. 149 p. (O Mundo, Hoje, v. 10).

\_\_\_\_\_. O Homem e Sua Experiência/Alfabetização e Conscientização. *In*: FREIRE, Paulo. **Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire**. São Paulo: Cortez & Moraes, 1980, p. 13-50.

\_\_\_\_\_. **A educação na cidade**. São Paulo: Cortez,1991.

FRIGOTTO, G. Concepções e mudanças no mundo do trabalho e o ensino médio. *In*: FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. (Org.). **Ensino médio integrado: concepções e contradições**. São Paulo: Cortez, 2005. p.1-16.

GADOTTI, Moacir. **Educação de adultos como direito humano**. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire. 2009 (Instituto Paulo Freire. Série Cadernos de Formação; 4). 31p.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2003.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**.16. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

PIRES, Angela Monteiro. **Educação do campo como direito humano**. 1 ed. São Paulo: Cortez, 2012. Coleção educação em direitos humanos; v. 4.

RODELAS. Prefeitura Municipal de. Secretaria Municipal de Educação. **Plano Municipal de Educação de Rodelas**. 2015.

RODELAS. Prefeitura Municipal de. Secretaria Municipal de Educação. **Proposta Curricular da Rede Municipal de Ensino de Rodelas para Educação Infantil e Ensino Fundamental**. 2019.

SOARES, Magda. **Letramento: um tema em três gêneros**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

## Sobre os autores

**Mikael Jurandir da Silva**



mikaeljurandir@hotmail.com

Pedagogo pela Universidade do Estado da Bahia-UNEB, especialista em Administração Escolar, Supervisão e Orientação e também pós-graduado em Gestão Escolar. Membro do grupo de Pesquisa em MEMÓRIA, IDENTIDADE, TERRITORIALIDADE, EDUCAÇÃO DO CAMPO E ESPAÇOS DE SOCIABILIDADES -MITECS, inserido no Centro de Pesquisas em Movimentos Sociais, Educação e Etnicidades (OPARÁ), UNEB, Campus VIII. Autor do livro COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA E OS PROCESSOS IDENTITÁRIOS NA EDUCAÇÃO DO CAMPO. Atua como Coordenador Pedagógico na Escola Municipal Estevão Rodrigues Barboza (Ensino Fundamental) e também na Escolinha Municipal Semente do Amanhã (Educação Infantil), ambas escolas são no território geográfico rural do município de Rodelas-BA. Desenvolve pesquisas com as seguintes linhas: Gestão Escolar, Coordenação Pedagógica, Formação de Professores, Classes Multisseriadas, Territorialidade, Diversidade, Políticas Públicas, BNCC, Processos Identitários, Movimentos Sociais Populares e Educação do/no Campo.

